

O PLANEJAMENTO DA AÇÃO DOCENTE

¹KLINKERFUS FILHO, Ricardo

Professor do Campus São Vicente, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Palavras-chave: Planejamento Docente, Planejamento Escolar; Ação Docente

Resumo: O Planejamento da Ação Docente, é um dos itens de maior importância para o Planejamento Escolar, e sendo este um dos itens de maior importância dentre todas as ações pedagógicas desenvolvidas dentro de uma instituição de ensino, podemos afirmar que o planejamento da ação docente é, portanto, um dos itens da ação docente que merecem maior atenção tanto por parte da instituição de ensino como por parte dos próprios docentes. Diante disto, decidimos desenvolver esta pesquisa como um dos três eixos abordados em nossa dissertação de Mestrado, procurando compreender como os docentes do Campus São Vicente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, têm desenvolvido esta tarefa, vital para o processo de ensino-aprendizagem. O estudo se deu com docentes do quadro efetivo permanente desta instituição, atuantes neste campus, onde empregamos o uso de questionários e entrevistas complementares para elucidar alguns itens que consideramos necessitem de maiores esclarecimentos. Embora ainda estejamos em fase de análise de todos os dados – que no caso da *Investigação Qualitativa* pode significar que a busca por novos dados e novos esclarecimentos ainda não terminou – apresentamos aqui alguns aspectos já abordados e razoavelmente aclarados, com o objetivo de contribuir para as reflexões de nós professores bem como da própria instituição com respeito às nossas práticas e concepções didático-pedagógicas.

a. Apresentação

Para fins de melhor compreensão deste trabalho trataremos inicialmente de definir e caracterizar o que estamos chamando *Planejamento da Ação Docente*. Todos nós, professores, já nos vimos as voltas com diversos ‘planos’ que norteiam ou margeiam a nossa prática docente. Nesta instituição o plano adotado por todos os docentes é o *Plano de Ensino* – que como sabemos é um documento onde o professor ou a professora exprime diversos aspectos de uma disciplina que por ele/ela será ministrada, como objetivos, ementa, referências bibliográficas que fundamentam aquele plano – que normalmente é entregue às coordenações dos cursos de graduação ou do ensino médio e técnico ao início de cada período letivo, seja semestre ou ano.

Utilizamos aqui um conceito mais abrangente que Libâneo chamou de *Planejamento Escolar*, que segundo ele, engloba tanto os planos mais gerais da instituição escolar, como o PDI² e o PPP³, como os planos de ensino a que nos referimos e também os planos de aula, que nesta instituição não são obrigatórios, talvez nem sejam elaborados consequentemente por todos os docentes. Todos estes devem estar em sintonia, caminhando harmoniosamente desde os processos de elaboração de cada um deles.

Portanto, quando chamamos a atenção para o PLANEJAMENTO DA AÇÃO DOCENTE estamos nos referindo a todo o trabalho de planejamento dos professores, que se inicia desde o conhecimento dos planos gerais da instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político Pedagógico, passando pelo planejamento (e replanejamento) das disciplinas que ministra, e por fim, no planejamento (e replanejamento) de cada aula a ser ministrada nestas disciplinas.

b. A atenção ao Projeto Político Pedagógico

Embora os docentes desta instituição, tenham participado em maior ou menor grau da elaboração do seu Projeto Político Pedagógico, este projeto não constituiu a base de seus planos de ensino e de aula. Podemos dizer também que o referido *PPP* não é, sequer, um documento plenamente conhecido pelo corpo docente, visto que professores entrevistados admitiram tanto que não conhecem seu texto na íntegra como admitiram não referenciar-se nele para a elaboração de seus planejamentos docentes.

Se é este, um documento que pretende dar uma direção ao ensino que se processa ali, é bastante razoável que a própria instituição tenha a preocupação de debater constante e frequentemente com toda a comunidade escolar, e, principalmente com os docentes, todo o teor contido nele, com o intuito de que este documento, de fato, torne-se efetivo desde o momento de sua elaboração até a efetivação das políticas educacionais nele pretendidas.

Este desconhecimento ou conhecimento apenas parcial do PPP por parte dos docentes pode apontar para diversos caminhos que nos ajudariam a compreender o que poderíamos neste momento chamar de “pontos frágeis” da relação professor-aluno que ali acontece e consequentemente, do processo de ensino-aprendizagem. Se não temos um conjunto de diretrizes suficientemente claras para referenciar o trabalho docente – como um conjunto – dificilmente coordenaremos nossas ações docentes de maneira coerente do ponto de vista do trabalho institucional, com vistas a uma política pedagógica coerente. Por outro lado, se não nos vemos obrigados a margearmo-nos por estas diretrizes estabelecidas, isto pode indicar que elas, embora existam formalmente, não gozam do devido reconhecimento e impor-

² Plano de Desenvolvimento Institucional

³ Projeto Político Pedagógico

tância dentro da comunidade escolar, ficando assim com um papel relegado à mera formalização documental.

Os Planos de Ensino e de Aula de cada professor e professora devem estar em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da instituição, sob pena de ficar todo o processo ensino-aprendizagem ali desenvolvido comprometido.

Se os professores não conhecem plenamente tal projeto, se não têm um referencial político-pedagógico comum para todos os docentes da instituição e se não são cobrados para que direcionem seu trabalho segundo os princípios político-pedagógicos formalmente defendidos pela instituição, corre-se o risco de que a instituição não possua, efetivamente, na prática, um referencial político-pedagógico, em cujo teor se possa referenciar a prática cotidiana das ações docentes.

c. Planos de Ensino

Como já foi dito, os Planos de Ensino de cada disciplina, de cada professor, devem estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico da instituição, observando seus fundamentos e as diretrizes em que se baseia, para que cada passo da ação docente esteja concatenado com os pressupostos ali anunciados. Temos aí, uma constatação relevante: os professores precisam estar cientes e bem interados do Projeto Político Pedagógico da instituição a que fazem parte, como uma das tarefas inerentes à nossa profissão. Entretanto, não basta que os professores mantenham-se inteirados dos conteúdos de tal plano geral – têm esta obrigação, sim, mas têm também, o direito de participar ativamente de sua construção e de sua constante reflexão que leve, de tempos em tempos, a gerar sua reconfiguração, sua rearticulação, seu replanejamento.

Esta participação docente é vital pra a construção de um ensino com bases democráticas que vise o atendimento da população com vistas a sua formação integral como profissionais e cidadãos.

Com quem contamos no momento de elaborar nossos planos de ensino?

Para Zabala o planejamento da ação docente deve trazer duas características básicas: deve ser suficientemente elaborado com consistência e concomitantemente a isto, caracterizar-se pela flexibilidade com que poderá se mover durante a intervenção pedagógica. Podemos dizer então, que um plano de ensino, deve ao mesmo tempo ter características de uma elaboração sólida e consistente ao mesmo que tenha um caráter flexível.

Com relação a flexibilização, os dados que levantamos junto aos professores mostram que este conceito está bastante internalizado nas nossas concepções e práticas docentes, os professores entrevistados foram unânimes em admitir que flexibilizam suas ações

cotidianas em relação àquilo que foi pré-estabelecido nos planos de ensino, readaptando-se à novas circunstâncias e readaptando seus planos conforme novas necessidades.

O que chamou-nos a atenção foi o fato de que nenhum dos professores questionados quanto a conhecerem e se basearem no Projeto Político Pedagógico da instituição para elaborarem seus planos de ensino, respondeu positivamente a esta pergunta.

Salientamos que isto não desqualifica o trabalho de planejamento realizado até então pelos professores, mas nos alerta para o fato de que existe um grande chance de tais planejamentos não estarem em consonância com aquilo que se tem como princípios da instituição e conforme Libâneo alerta, isto pode ser, do ponto de vista didático pedagógico, *trágico* e trazer consequências bastante desagradáveis ao longo do processo de ensino-aprendizagem, tanto para a instituição, como para os alunos e para os próprios professores.

d. Apoio didático-pedagógico

Constamos também que os professores carecem de auxílio/orientação didático pedagógica para a elaboração de seus planejamentos e quando nos referimos à auxílio e orientação, não estamos nos referindo a terem estes, um formulário à disposição para tabularem dados referentes as suas disciplinas. Parte significativa dos docentes que nesta instituição atua, não possui formação acadêmica que tivessem contemplado ou dado ênfase aos conhecimentos pedagógicos – como é o caso das engenharias e bacharelados – o que, evidentemente não os desabilita à função docente, mas indubitavelmente trás certas dificuldades de conceituação e execução de determinadas tarefas pedagógicas. Mesmo os professores que tiveram passagens pelas licenciaturas ou pós-graduações voltadas à educação podem vir a carecer de apoio didático-pedagógico para execução de seus afazeres docentes, como a elaboração dos planos de ensino. Assim, chegamos a outra constatação: carecem os docentes desta instituição de apoio/auxílio/orientação didático-pedagógico para o desenvolvimento de suas ações docentes.

O que levamos em consideração ao elaborarmos tais planos? Existe a participação dos alunos nesta elaboração?

É sabido que a profissão docente exige muito de cada profissional: as tensões constantes entre nossa autoridade docente e a autonomia discente, a sobrecarga de trabalho que por vezes nos acomete, as dificuldades em conciliar questões profissionais com dificuldades particulares, as falhas ou características específicas de nossas formações acadêmicas, que por vezes não nos permitem superarmos certos entraves para o desenvolvimento

de nossas tarefas etc., contudo, embora por vezes nos sintamos incapazes de compreender o que dizem nossos alunos, temos que constantemente redobrar nossos esforços e superar nossas dificuldades – sejam elas de formação ou de concepção de vida e de mundo – e procurar colocar-nos no lugar de nossos alunos. Essa empatia se faz necessária.

Quando foi a última vez que permitimos que os alunos participassem da elaboração dos planejamentos das ações que com eles serão desenvolvidas?

Sabemos que é praticamente impossível nos inteirarmos da situação pessoal de cada um dos nossos alunos, como de suas dificuldades, de seus anseios, de todas as suas dúvidas com relação a nossa disciplina e sobre a vida e as pessoas em geral, sabemos disto. ‘Somos apenas professores’, poderíamos dizer.

Embora as dificuldades sejam grandes e constantes, não podemos nos permitir utilizá-las como pretextos para acomodações e resignações de nossas partes. Aqui podemos então afirmar, e o fazemos em forma de constatação que precisamos, nós professores, ouvir os nossos alunos, sabermos de suas angústias, de suas dificuldades, de seus medos.

A1 – “Nunca fui ouvido, também os alunos tem medo de manifestar contra os superiores, para melhorar.”

A que papel estamos entregues e quem somos nós neste cenário que se chama educação? Qual o compromisso que assumimos quando nos tornamos professores e professoras e com quem este compromisso foi assumido?

Se somos educadores e educadoras que assumimos a responsabilidade e o compromisso histórico-social de fazermos a diferença na vida de meninos e meninas tendo a educação por intermediário, com vistas a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e, se assumimos o compromisso de fazer desta profissão muito mais que uma profissão, mas uma escolha de vida, se comprometemo-nos com a classe social a quem pertencemos – a classe trabalhadora – então devemos assumir a postura e as atitudes de quem se reconhece incompleto e assim se reconhecendo, admitir que muito ainda temos de aprender e melhorar para que o exercício de nossas práticas possam ser desenvolvidos com o máximo empenho de que nossas potencialidades possam oferecer.

Além disto – de nos reconhecermos incompletos – todos nós, educadores e educadoras precisamos assumir e defender um constante, contínuo e incansável compromisso com a democracia sem o qual nada do que dissemos anteriormente fará sentido, sob pena de que nos tornemos autoritários, manifestando este autoritarismo dentro das situações pedagógicas, dentro dos ambientes letivos, e assim, contribuindo para que os valores aprendidos pelos meninos e meninas sejam os valores deste tipo de concepção de sociedade: *a imposição pela força, o desrespeito pelas minorias, o prevalectimento das vontades de um*

sobre toda a sociedade, o silenciamento das oposições, a censura, a intolerância, o terror, o medo. Se não são estes os valores que pretendemos disseminar, então nosso compromisso com a democracia não deverá jamais estar desvinculado de nosso compromisso com a educação e com princípios tais como: o saber ouvir; o saber respeitar; o saber respeitar a opinião de outrem mesmo não concordando com ela; o saber respeitar à todos que fazem parte do grupo social e à outros grupos sociais; a discussão sadia, que busca nos enfrentamentos, possíveis respostas para problemas comuns; o saber respeitar à todas as vozes; a liberdade de expressão; as liberdades individuais sempre respaldadas na responsabilidade de cada um; a tolerância aos erros e características individuais das pessoas etc.

São nossos atos que dizem quem somos, educamos pelo exemplo, sempre. Não importará o que se diga, se o que faça for diferente ou contraditório.

e. Acompanhamento Institucional ao Planejamento da Ação Docente

O último item que abordaremos neste artigo trata da visão que os professores têm sobre o acompanhamento institucional que é empreendido às suas práticas docentes.

Perguntamos aos professores se acreditam **que os seus planejamentos são utilizados pela instituição para que esta possa basear suas ações** e se **existe algum tipo de fiscalização ou acompanhamento da instituição àquilo que é executado pelos professores em relação ao que é apresentado nos planos de ensino**. As respostas foram as seguintes:

P9 – “[se o professor mudar alguma coisa na prática em relação ao que está no plano, alguém vai perceber?] – Não percebe, né? [...] Nenhuma. Nenhum acompanhamento [...]”

P3 – “Na minha opinião ninguém fiscaliza nada. Ninguém fiscaliza, porque quando lança o conteúdo no verso do diário [...] não conheço nenhuma observação se bate ou não bate. [se houver alguma mudança em relação ao planejado] Eu creio que nem vão ficar sabendo...”.

P6 – “Não. [...] **[se o professor fizer alguma mudança em relação aquilo que foi planejado...]** Não, porque se ela [a instituição] não te fiscaliza, não te co-

bra, ela não vai conseguir perceber nada, se ta no roteiro ou não ta. Nem perguntar aos alunos, mas acho que nem isso faz, a instituição não faz a fiscalização.”

P9 – “O que eu acredito é que servir servem, eu acho é que não tem servido [...] acho que virou uma mera rotina burocrática de cumprir tarefas do meio acadêmico do meio docente [...] deveria servir porque eu acho que é uma ferramenta útil tanto para o professor quanto para a direção [...] é coisa meio que engavetado mesmo [...] vai pra gaveta, não é conferido mais e tenho minha dúvida de sequer é lido pela direção [...] é um cumprimento de tarefas, agora se ele leu seu plano pra saber quais as ferramentas que você vai utilizar [...] eu acho que não porque eu já necessitei e nunca ninguém me procurou [...] acho que normalmente nem são lidos pelas direções...”

P3 – “Não. Eu acho que nem são lidos. Eu acho que raramente são lidos. Não é a base não, pra redefinir prioridades ou não as reservas de carros, de não sei o que, eu acho q não são lidos.

P6 – “Não, acho que não.”

A reflexão que devemos propor neste momento é a seguinte: quais rumos pode tomar a educação numa instituição de ensino onde aquilo que é planejado pelos professores e levado à situações práticas não receba o devido acompanhamento institucional? Não queremos dizer em momento algum que existam disparidades entre aquilo que é planejado em relação àquilo que é executado – mesmo porque a flexibilidade é uma característica da ação docente – porém, corre-se aí, o risco de, caso haja alguma dissonância, e esta for prejudicial ao processo de ensino-aprendizagem, ninguém, além do professor e dos alunos, acabará por ficar sabendo, impedindo assim, que a instituição possa saber o que se passe no interior de seus muros, sem que esta possa avaliar os processos educacionais que ali estão se desenvolvendo.

A impressão expressa por professores entrevistados é a de que seus planejamentos aos olhos da instituição não passariam de uma mera questão burocrática, chegam a credi-

tar que sequer os seus planos de ensino (que, diga-se de passagem, já não estão necessariamente em consonância com os planos da escola) são lidos pelas coordenações e direções, quanto menos, utilizados para definir ou orientar os rumos da educação que ali se constrói.

(in) CONCLUSÕES

Fechamos momentaneamente nossas observações sobre o planejamento da ação docente nesta instituição, com as seguintes considerações: a) os professores não conhecem substancialmente aquele que deveria ser um dos principais documentos norteadores (ou su-leadores) da ação escolar – o Projeto Político Pedagógico – assim, não o utilizam como orientação para a elaboração dos seus planejamentos docentes; b) Carecem os professores de suporte didático-pedagógico adequado para que possam elaborar seus planejamentos de trabalho docente; c) Acompanhamentos por parte da instituição são necessários no sentido de averiguar se aquilo que é apresentado nos planos de ensino estão em consonância com aquilo que é efetivamente levado à prática, para que esta possa assumir suas responsabilidades de fornecer a cada professor/disciplina o suporte de que venham a necessitar; d) A instituição não adota como obrigatório o uso dos planos de aula que seriam elaborados por cada professor em cada disciplina. Esta não obrigatoriedade também dificultaria um possível trabalho de acompanhamento institucional às aulas que ali são ministradas, dificultaria ainda os trabalhos de reflexão, revisão e reformulação das práticas docentes cotidianas. e) nenhum dos docentes entrevistados admitiu basear-se na opinião dos alunos para confeccionar seus planos de trabalho... isto não quer dizer que a opinião dos alunos seja, por todos os docentes deste campus, ignorada, mas o fato de que nenhum dos docentes se referiu a isto quando perguntados sobre em que se baseiam para elaborar seus planejamentos, no mínimo nos sugere que uma reflexão sobre isto se faz necessária, afinal, são os alunos parte fundamental de qualquer instituição educacional, assim, sua opinião a cerca de o que com eles se trabalhará ao longo de um semestre ou ano letivos, deveria ser muito bem pesada e, no mínimo, considerada.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37ª edição. São Paulo, SP: Paz e Terra - Coleção Leitura. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 14ª reimpressão. São Paulo-SP: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)

ZABALA, Antoni. **A prática Educativa: como ensinar**; tradução Ernani F. da . Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.